

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“PARA O MELHOR EFEITO E FIM DA MESMA MISSÃO”: AS MISSÕES VOLANTES E AS ESTRUTURAS DO PODER DIOCESANO NO BISPADO DE SÃO PAULO (1745-1750)¹

Michelle Carolina de Britto

Universidade Federal da Bahia/CAPES

Contato: michelledebritto@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem por objetivo discorrer sobre as missões volantes realizadas no bispado de São Paulo, no período de 1745-1750, por meio da análise da documentação eclesiástica e das consultas do Conselho Ultramarino, procurando enfatizar a atuação dos missionários junto às populações, a colaboração entre os clérigos seculares e regulares e os usos dos instrumentos de missionação pelo prelado na elaboração da política diocesana, tendo em vista a criação da diocese em 1745.

Palavras-chaves: missões volantes; malha eclesiástica; bispado de São Paulo.

À meu pai (*in memoriam*)

Quando D. Bernardo Rodrigues Nogueira², primeiro bispo de São Paulo, aportou na baía de Guanabara, em 1746, para dar início ao efêmero episcopado à frente da diocese paulista, procurou recolher informações sobre as condições materiais e pastorais da capitania com membros do corpo eclesiástico e da administração civil fluminense (CAMARGO, 1954). Munido dos alvarás e ordens régias concernentes ao exercício da jurisdição episcopal e organização das estruturas do poder diocesano, o prelado escreveu ao clero e aos paroquianos informando sobre a importância do enquadramento religioso e do ensino da doutrina aos escravos e indígenas, assim como aos colonos, por meio da

¹Comunicação elaborada no âmbito do doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e orientada pelo Prof. Dr. Bruno Feitler.

² D. Bernardo Rodrigues Nogueira possui formação em Cânones pela Universidade de Coimbra e uma extensa carreira eclesiástica nas dioceses de Funchal e Lamego como cônego e vigário-geral ver Arquivo da Universidade de Coimbra – Registros de matrículas, Bernardo Rodrigues Nogueira, 001-001/N/001003.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

atuação do clero paroquial e missionários³. Para além do ensino da doutrina, o bispo procedeu a instalação do tribunal episcopal (auditório e câmara), a adoção das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), a instituição dos livros de tomo e fábrica nas paróquias, a regulamentação dos valores das conhecenças, a nomeação do corpo capitular, o exame dos sacerdotes, a renovação das licenças episcopais e a fiscalização dos clérigos regulares, especialmente os atuantes junto às populações, quanto à regra e costumes⁴.

Continuando os arranjos administrativos e pastorais concernentes à organização diocesana, D. Bernardo concedeu ao padre Ângelo de Siqueira, clérigo secular e missionário da capitania, licença para confessar e pregar no bispado,

“e nele fazer Missão, principiando-a pela Ilha de Santa Catarina, ou Rio Grande de São Pedro ou pela freguesia pela qual mais oportuna ocasião se lhe oferecer (...) e para o melhor efeito e fim da mesma Missão e culto divino, e bem das almas; recomendamos, e mandamos a todos os párocos nossos súditos recebam ao dito Padre Missionário”⁵.

“O fazer missão” solicitado pelo bispo ao padre missionário, também conhecido como missão volante ou popular, era um instrumento de evangelização itinerante que procurava remediar a ausência de assistência espiritual, doutrinal e sacramental das populações residentes nos sertões da América portuguesa, especialmente indígenas e escravos que residiam nos engenhos e propriedades rurais, por meio da catequização e sacramentação dos indivíduos (PALOMO, 2011). Este tipo de atividade missionária teve origem no medievo tardio por meio das pregações realizadas pelas ordens mendicantes, sobretudo franciscanos, nas cidades europeias com o objetivo de propagar a doutrina entre as populações urbanas e conduzi-las à confissão geral e comunhão (CHATÉLLIER, 1995; SANTOS, 2001). Para além da sacramentação da população, as missões de interior

³ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842. Cota: 01-02-39, fls. 5v-9.

⁴ ACMSP- Livro de tomo da paróquia de Cotia (1728-1844), cota: 10-02-18, fls.16-19; Carta de D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo de São Paulo, ao rei D. João V sobre a necessidade de criação de igrejas na capitania e as condições materiais das existentes de 03 de setembro de 1747. AHU_CU_023-01, Cx. 18, D. 1697.

⁵ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842, cota: 01-02-39, fls. 18-19.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

procuraram remediar a ausência do clero paroquial nas regiões afastadas dos centros urbanos, assim como auxiliarem os prelados na conversão dos fiéis como “colaboradores evangélicos”⁶ (COSTA E SILVA, 1982, pp.33-34).

O apostolado itinerante pelos territórios europeus se intensificou em consonância com o avanço da colonização nos territórios ultramarinos e o descobrimento do “exótico interior” pelas ordens regulares atuantes na Ásia, África e América (PROSPERI, 2013). O reconhecimento da ignorância das populações rurais atribuiu novo significado às missões volantes, uma vez que após o Concílio de Trento (1545-1563), a missionação popular passou a ser compreendida como o sustentáculo do exercício da disciplina e controle social da igreja em colaboração com bispos e inquisidores nos territórios em que a malha eclesiástica estava em constituição (PAIVA, 2000). Este processo resultou no reequilíbrio dos poderes entre o clero secular e regular no território diocesano, tal como na colaboração entre o oficialato episcopal e missionários no enquadramento religioso e na vigilância dos fiéis por meio da rearticulação entre as estruturas, as formas de intervenção e a ação dos poderes eclesiásticos (PALOMO, 2011).

Os vínculos entre o prelado e os missionários expressos nas missões rurais e nas visitas diocesanas realizadas tanto nos bispados reinóis quanto nas dioceses ultramarinas, como salientou Adriano Prosperi, possibilitou o entrelaçamento dos métodos pastorais e administrativos na cura das almas e vigilância das populações por meio da correção fraterna, da pregação das almas, do ensinamento da doutrina e da confissão (PROSPERI, 1997; 2013). Não obstante, devemos salientar que a colaboração expressa nas missões volantes entre o clero secular e regular no bispado de São Paulo possibilitou ao prelado o conhecimento dos núcleos paroquiais e missionários afastados das vigararias da vara e, por conseguinte, orientou a elaboração das diretrizes que nortearam a organização da malha paroquial e missionária paulista em conformidade com a prerrogativa episcopal em termos jurídicos e pastorais.

A constituição da malha eclesiástica paulista resultou da interação entre clérigos seculares e regulares, sobretudo jesuítas, que se estabeleceram nos campos, além da serra

⁶ Expressão utilizada pelo bispo paulista, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, em carta pastoral de agosto de 1746 cf. ACMSP- Livro de tombo da paróquia de Cotia (1728-1844), cota: 10-02-18, fls.16v.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do Mar, e criaram a freguesia de São Paulo (1560) e núcleos missionários (São Paulo, Pinheiros e São Miguel), ainda no século XVI, sob a administração episcopal dos prelados baianos, a saber, D. Pedro Fernandes e D. Pedro Leitão (RUBERT, 1981, pp. 324-325; SILVA (org.), 2008, pp.81-82). Paralelamente ao enraizamento gradual da malha paroquial, os padres jesuítas partiam do colégio em direção aos sertões com o objetivo de reduzirem os índios à fé cristã e, conseqüentemente, inseri-los na sociedade colonial em construção (METCALF, 2019). Contudo, devemos salientar que a dimensão catequética das missões de interior realizadas pelos jesuítas na América portuguesa resultou da adaptação do apostolado ao contexto missionário, assim como a ausência de párocos, e as necessidades espirituais das populações sertanejas (MAGALHÃES, 2018).

O recrudescimento da atividade missionária volante na capitania paulista aconteceu em consonância com a expansão das estruturas do poder episcopal pelo território, assim como a reformulação da malha missionária, promovida nos governos diocesanos dos prelados fluminenses, nomeadamente as administrações de D. Francisco de São Jerônimo (1701-1721), D. Frei Antônio de Guadalupe (1725-1740) e D. Frei João da Cruz (1740-1745), nos quais tivemos a paroquialização da região resultante da descoberta dos veios auríferos e da necessidade de preservação dos núcleos mineradores pela Coroa (BRITTO, 2018, pp. 33-37). Curioso notar que os movimentos migratórios para a zona mineradora resultou numa carência de sacerdotes na região, apesar da instituição e provimento das paróquias, uma vez que os clérigos (seculares e regulares) acabaram por acompanhar os sertanistas como capelães de expedição orientados tanto pelo espírito missionário quanto pelo enriquecimento rápido (FONSECA, 2011). Indubitavelmente, o fluxo migratório de sacerdotes e a expansão da malha paroquial paulista favoreceram o apostolado itinerante exercido pelos sacerdotes residentes nos campos de Piratininga.

O corpus documental em análise e as informações contidas no trabalho de Arlindo Rubert (1988) nos permite esboçar um quadro geográfico e cronológico das missões populares realizadas na diocese de São Paulo, no período de 1700-1750, tal como os padres responsáveis pela conversão dos sertões⁷. Entre 1700 e 1745 – ano de criação do

⁷ O quadro cronológico e geográfico apresentado resulta de levantamentos preliminares sobre o apostolado itinerante na capitania e, por conseguinte, poderá ser modificado conforme o desenvolvimento da pesquisa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

bispado paulista pela bula *Candor Lucis Aeternae* – fizeram-se quatro missões na comarca eclesiástica, a saber: na freguesia de Santos pelos padres jesuítas, Sebastião Álvares e Antônio Rodrigues, em 1701; nas paróquias de Ubatuba, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, Mogi e São Paulo pelos jesuítas, Sebastião Álvares e Domingos Machado, em 1707; em São Paulo, Parnaíba, Itu e Sorocaba pelos padres jesuítas, Alexandre de Gusmão e Manuel de Sousa, em 1709; e, por fim, nas freguesias de Cananéia, Paranaguá e São Francisco do Sul pelo franciscano, frei Manuel da Conceição, em 1720⁸. Em linhas gerais, as missões populares realizadas na capitania de São Paulo na primeira metade dos setecentos, caracterizou-se pela concentração geográfica das pregações nas proximidades das casas religiosas, assim como dos caminhos para o interior da América portuguesa, e freguesias rurais cuja população mestiça carecia de párocos e coadjutores (CORDEIRO, 1945, CAMARGO, 1954; ZANON, 2008)⁹.

Marcado pela atuação do clero secular missionário, sobretudo o apostolado do padre Ângelo de Siqueira (RUBERT, 1978), o episcopado do primeiro prelado paulista (1745-1750) presenciou a realização de quatro missões rurais, a saber: nas freguesias de Santa Catarina e Rio Grande pelos padres jesuítas, Francisco de Faria e Paulo Teixeira, em 1749-1750; em Nazaré, Atibaia e Juqueri pelos jesuítas, Inácio Dias e João Xavier, em 1750 e nas freguesias de Santa Catarina, Rio Grande, Goiás, Cuiabá e São Paulo pelos franciscanos, freis Antônio do Extremo e Antônio da Cruz e, por fim, nas freguesias de Cotia, Mogi-Mirim, Parnaíba, Mogi-Guaçu, Santa Catarina e Rio Grande pelo padre missionário Ângelo de Siqueira entre 1743-1747¹⁰.

O estabelecimento da diocese atribuiu às missões populares novos contornos, uma vez que acabaram adquirindo uma dimensão administrativa, como demonstram os

⁸ ARSI, Bras. 10-1, f. 15-20; ACMSP- Livro de tombo da paróquia de Cotia (1728-1844), cota: 10-02-18, fls.16-19.

⁹ ACMSP- Livro de tombo da paróquia de Cotia (1728-1844), cota: 10-02-18, fls.16-19; Carta de D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo de São Paulo, ao rei D. João V sobre a necessidade de criação de igrejas na capitania e as condições materiais das existentes de 03 de setembro de 1747. AHU_CU_023-01, Cx. 18, D. 1697.

¹⁰ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842. Cota: 01-02-39, fls. 16-16v; ACMSP- Livro de tombo da paróquia de Cotia (1728-1844). Cota: 10-02-18, fls. 12v-13; Cópia da carta do provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Thomas Lynce, enviada ao rei D. José I sobre as atividades dos jesuítas no Brasil em 19 de agosto de 1752. AHU_ACL_CU_005, Cx. 110\Doc. 8633 (1).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mandatos de comissão expedidos pelo prelado, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, da Guanabara aos padres missionários paulistas. Para além da concessão de licença para pregar e confessar nas freguesias do bispado, o prelado ampliou as faculdades administrativas dos padres missionários solicitando que eles verificassem os livros de fábrica das paróquias, assim como a melhor forma de aplicar os rendimentos paroquiais na melhoria das condições materiais das igrejas e alfaias de culto¹¹. Não obstante, devemos salientar que a ampliação das competências e faculdades dos missionários paulistas não restringiu-se ao clero secular missionário (particularmente o padre Ângelo de Siqueira), pelo menos não no governo diocesano de D. Bernardo. Este concedeu idênticos privilégios ao jesuíta Paulo de Teixeira e seus companheiros durante o fazer missão pelos sertões diocesanos¹². Outro aspecto interessante a enfatizar é a atribuição de contornos administrativos ao apostolado volante, tal como a ausência de visitas durante o primeiro governo episcopal paulista¹³.

Ciente da incapacidade de visitar a diocese e ancorando-se nas missões de interior em curso, o prelado ordenou ao clérigo que

“nas freguesias, em que fizer missão ou em outras quaisquer dele em todo a certeza e exatidão, e brevidade possível averigüe, e examine as suas distâncias, longes, número, posses e fertilidade de suas terras, e os danos espirituais, que se tem experimentado e podem provavelmente temer nas ditas freguesias”¹⁴.

O padre missionário deveria nomear um escrivão e juntamente com o pároco da freguesia interrogar os moradores sobre as condições espirituais, materiais e geográficas do múnus pastoral e, posteriormente, elaborar relatórios sobre as situações das freguesias visitadas e a possibilidade de desmembramento de suas jurisdições paroquiais, assim

¹¹ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842. Cota: 01-02-39, fls. 16-16v.

¹² ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842. Cota: 01-02-39, fls.22-23.

¹³Consulta do Conselho Ultramarino sobre uma carta do bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, sobre a necessidade de visitar a diocese e solicitando ajuda de custo ao monarca em 19 de dezembro de 1750. AHU_CU_023-01, Cx. 19, D. 1916.

¹⁴ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842, cota: 01-02-39, fls.14v-15.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como a capacidade dos fregueses para sustentar os sacerdotes¹⁵. Devemos salientar que a historiografia sobre a igreja em São Paulo compreendeu os mandatos de comissão como delegações de visitador episcopal por causa da dimensão jurídico- administrativa que as missões populares adquiriram no governo diocesano de D. Bernardo Rodrigues Nogueira.

A caracterização das missões de interior como visitas pastorais pela historiografia regional resultou da ausência de visitas pelo prelado ou envio de visitantes delegados conforme as disposições tridentinas, uma vez que a preocupação dos estudos antecedentes era reiterar a atuação do episcopado e corpo clerical aos moldes e arquétipos elaborados no Concílio de Trento (1545-1563)¹⁶. Paulo Florêncio de Camargo, em estudo basilar sobre a igreja diocesana paulista, discorrendo sobre as primeiras medidas adotadas pelo prelado, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, reitera a nomeação do padre Ângelo de Siqueira como visitador e missionário ou missionário visitador da capitania de São Paulo por meio da transcrição das diretrizes episcopais concedidas ao clérigo que ultrapassavam o “fazer missão” como, por exemplo, a organização dos livros das fábricas paroquiais e a elaboração de relatórios sobre as freguesias (CAMARGO, 1954, pp. 19-22).

Enfatizando a impossibilidade de realização de visitas pastorais pelo bispo por causa dos “bichinhos de pé” e a falta de recursos materiais, Dalila Zanon corrobora o argumento anterior e caracteriza a atuação dos padres missionários como visitas diocesanas (ZANON, 2008, pp.84). Contudo, como salientou José Pedro Paiva, as visitas pastorais portuguesas eram caracterizadas pela dimensão judicial (PAIVA, 2000). Esta não está presente nas missões volantes realizadas pelos missionários a pedido do prelado paulista e, por conseguinte, seria um equívoco pensá-las como instrumentos de disciplinamento e enquadramento religioso análogos as visitas pastorais, ainda que

¹⁵ ACMSP – Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842, cota: 01-02-39, fls.14v-15; ACMSP – Relatório de diversas freguesias a pedido de D. Bernardo Rodrigues Nogueira pela pastoral de 08 de agosto de 1746, s/c, cx.108.

¹⁶Sobre a reforma tridentina na América portuguesa cf. FEITLER, Bruno. “Quando Trento chegou ao Brasil?” In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (Org.). O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos. 1ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 157-173; SOUZA, Evergton Sales. “A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” in Idem, Ibidem, pp.145-156.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

existissem semelhanças entre os ministérios resultantes da ampliação de competências dos padres missionários pelo bispo.

Os relatórios resultantes da inquirição sobre a situação geográfica, econômica e espiritual das freguesias elaborados pelo padre missionário em colaboração com os párocos das freguesias foram enviados ao Palácio Episcopal e estudados por D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Este elaborou o projeto de reformulação das jurisdições paroquiais e missionárias do bispado de São Paulo com o objetivo de atender espiritualmente os fiéis e, principalmente, reforçar sua autoridade por meio da malha paroquial e da atuação dos vigários da vara, sobretudo nas áreas de fronteira com as dioceses vizinhas (Rio de Janeiro e Mariana) (BRITTO, 2018).

A reforma da malha paroquial e missionária empreendida pelo prelado paulista teve como sustentáculo o apostolado itinerante (“o fazer missão”) e a colaboração constante entre o clero secular e regular atuantes nas comarcas e freguesias paulistas. No limite, o prelado articulava a missão – representada pelo clero regular, mas não somente, à política episcopal de organização da malha eclesiástica paulista. O estudo das missões volantes e seu papel na elaboração das diretrizes do governo diocesano paulista, sobretudo na administração do primeiro bispo, se faz necessário para compreendermos as relações entre o clero secular e os religiosos, assim como o processo de subordinação dos regulares ao poder episcopal no ministério pombalino, numa diocese missionária e sob invocação do apóstolo dos gentios.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP)

Livro de tombo da paróquia de Cotia (1728-1844), cota: 10-02-18, fls.16-19.

Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos Excelentíssimos Bispos diocesanos, 1746-1842, cota: 01-02-39.

Relatório de diversas freguesias a pedido de D. Bernardo Rodrigues Nogueira pela pastoral de 08 de agosto de 1746, s/c, cx.108.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Carta de D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo de São Paulo, ao rei D. João V sobre a necessidade de criação de igrejas na capitania e as condições materiais das existentes em 03 de setembro de 1747. AHU_CU_023-01, Cx. 18, D. 1697.

Consulta do Conselho Ultramarino sobre uma carta do bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, sobre a necessidade de visitar a diocese e solicitando ajuda de custo ao monarca em 19 de dezembro de 1750. AHU_CU_023-01, Cx. 19, D. 1916.

Cópia da carta do provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Thomas Lynce, enviada ao rei D. José I sobre as atividades dos jesuítas no Brasil em 19 de agosto de 1752. AHU_ACL_CU_005, Cx. 110\Doc. 8633 (1).

Archivo Romanum Societatus Iesis (ARSI)

Bras. 10-1, f. 15-20.

Bibliografia

BRITTO, Michelle Carolina. “Com poder e jurisdição”: conflitos jurisdicionais na construção da diocese de São Paulo (1682-1765). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *A Igreja na História de São Paulo. 1745-1771*, vol.04. São Paulo: Instituto Paulista de História Religiosa, 1954.

_____. *A instalação do Bispado de São Paulo e seu primeiro Bispo*. São Paulo, 1945.

CHATELLIER, Louis. *A religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Editora Estampa, 1995, pp. 17-26.

CORDEIRO, J.P. Leite. *A criação da Diocese de São Paulo*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, s/d.

COSTA E SILVA, Cândido. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FEITLER, Bruno. “Quando Trento chegou ao Brasil?” In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. 1ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
_____. “Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais” in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp.425-452.

MAGALHÃES, Antonildo dos Santos. *A colheita das almas dispersas: As missões itinerantes jesuíticas na América portuguesa*. Salvador, 2018 (Dissertação de mestrado).

METCALF, Alida. “Conversão” in *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil (1500-1600)*. Tradução de Pablo Lima. Editora da Unicamp: Campinas, 2019, pp.133-172.

PAIVA, José Pedro. “Visitações” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.365-370.

_____. “As missões internas”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História religiosa de Portugal: vol. 2: Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 239-250.

PALOMO, Federico. *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. “Como se fossem curas: os jesuítas e as missões rurais na América portuguesa” in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2011, pp. 231-266.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência. Inquisidores, Confessores e Missionários*. Tradução: Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Edusp, 2013.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. “Missioni popolari e visite pastorali in Italia tra’ 500 e ‘600” in *Mélanges de l’École Française de Rome, Italie et Méditerranée*, tome 109,, n°2, 1997, pp. 767-783.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993.

SOUZA, Evergton Sales. “A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)”. Comunicação apresentada no colóquio *Trent and beyond: the Council, other powers, other cultures*. Trento, outubro/2013.

ZANON, Dalila. “Os Bispos paulistas e a orientação tridentina no século XVIII” in *História: Questões e Debates*, n.36, 2002, pp.219-250.

_____. *A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Bispos de São Paulo. As diretrizes da Igreja no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2012.